COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55

Relatório da Administração - 2022

Histórico: A Companhia Docas de São Sebastião é uma sociedade por ações, criada pelo Decreto-Lei n° 63, de 15 de maio de 1969, regulamentado pelo Decreto Estadual n° 52.102, de 29 de agosto de 2007, dotada de personalidade jurídica de direito privado, empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se por seu Estatuto, pelas Leis Federais nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e n° 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis. Em virtude de dificuldades financeiras nos anos de 2015 e 2016, tornou-se dependente do Estado a partir da edição do Decreto Estadual nº 62.309, de 15 de dezembro de 2016, revogando o Art. 11 do Decreto Estadual nº 52.102/2007, que não permitia ao Estado transferir recursos para o custeio de despesas operacionais da Companhia. Possui como objeto social a administração e a exploração do Porto Organizado de São Sebastião, nos termos da delegação outorgada pela União, ao amparo da Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996, ao Estado de São Paulo, realizada por meio de Convênio de Delegação celebrado em 15 de junho de 2007, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos a partir de 1º de junho de 2007, prorrogáveis por igual período. O objeto do Convênio de Delegação do Porto de São Sebastião obedece, além da Lei Federal nº Lei 12.815, de 5 de junho de 2013 (que revogou e substituiu Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993), Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001, Lei Federal nº 14.047 de 24 de agosto de 2020 (que inclui disposições na Lei Federal nº 12.815/2013), Decreto Federal nº 8.033, de 27 de junho de 2013 e demais regulamentos e normas aplicáveis, inclusive os editados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, relativos à prestação dos serviços e à exploração da infraestrutura portuária, aplicáveis ao caso. As atividades desenvolvidas pela Companhia são decorrentes do Convênio de Delegação, que prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião no papel de AUTORIDADE PORTUÁRIA, cumprindo, entre outras obrigações, as atribuições exaradas no Art. 17 da Lei Federal n° 12.815/2013 - Lei dos Portos. **Processo de Desestatização:** Em 14 de agosto de 2019, com a edição do Decreto Federal nº 9.972, o Porto Organizado de São Sebastião foi qualificado no âmbito do PPI, Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de desestatização. Em 28 de abril de 2020, foi celebrado entre o BNDES e o Ministério da Infraestrutura contrato para "prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República". O BNDES realizou um processo seletivo de consórcio de empresas para desenvolver os estudos de modelagem e cuidar dos procedimentos necessários à realização do leilão de desestatização, resultando na contratação, em 9 de setembro de 2021, do Consórcio DAGNL, formado por DTA Engenharia Ltda. (líder), Alvarez & Marsal Consultoria em Engenharia Ltda., Garin Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda., Navarro Prado Advogados e Lobo & De Rizzo Sociedade de Advogados. A Companhia forneceu ao BNDES e ao Consórcio contratado as informações e dados para subsidiar os estudos para a desestatização, que foram concluídos em julho de 2021, bem como expôs suas considerações e críticas em relação às conclusões e à modelagem adotada. Após a conclusão, em julho de 2021, dos estudos contratados pelo BNDES junto a um Consórcio para que fosse efetuada a "(...) avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, (...)", o Ministério da Infraestrutura os encaminhou para a ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários para continuidade do processo. Em 17 de dezembro de 2021, a ANTAQ publicou o AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 20/2021 comunicando aos usuários e agentes do setor aquaviário nacional e, bem como, aos demais interessados em geral, que realizaria consulta e audiência públicas, no período de 27/12/2021 a 09/02/2022, com o objetivo de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório de concessão do Porto Organizado de São Sebastião. Em 2022 o processo estava sob análise do Tribunal de Contas da União-TCU, para expedição de Acordão, devendo, a seguir, submeter-se ao Conselho do programa de Parcerias de Investimentos-CPPI e, em sendo aprovado, seguir para a publicação do Edital que antecederá ao Leilão previsto para ocorrer em dezembro. Em 15/02/2023 o TCU autorizou a continuidade do processo de desestatização do Porto de São Sebastião, em São Paulo, e Itajaí, em Santa Catarina (Processo nº 039.017/2021-4; Acórdão 245/2023 - Plenário)[1]. O cronograma das etapas previa a assinatura do Contrato entre a União e o arrematante, para o final do primeiro semestre de 2023, ficando o segundo semestre para etapas de preparação, operação assistida e operação de transição. Com o desfecho das eleições em 2022 e a mudança do Governo Federal e Estadual em janeiro de 2023, todo o cronograma acima referenciado deverá ser revisto. A destinação (liquidação ou reaproveitamento com mudança do objeto social) da Companhia Docas de São Sebastião, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não está contemplada no processo de desestatização. **Desempenho Operacional:** Em 2022, atracaram 55 navios no berço principal do Porto e 1056 embarcações de menor porte (apoio marítimo e portuário) nos demais berços internos. Além disso, em relação ao uso do canal de acesso do Porto Organizado, 765 navios-tanque transportando petróleo e derivados atracaram no TEBAR - Terminal Almirante Barroso, operado pela TRANSPETRO, além do fundeio de 50 navios de turismo, cujo desembarque de passageiros ocorre por embarcações próprias destinadas ao Município de Ilhabela. O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 estabeleceu como meta para 2022 a movimentação de 911.000 toneladas de carga no Porto de São Sebastião, tendo ocorrido, com a retomada das exportações de açúcar, interrompidas em 2021, uma movimentação de 918.880 toneladas, resultando em crescimento de 30,3% em relação a 2021 e acima da meta do PPA em 0,9%. As principais cargas movimentadas foram os granéis sólidos, sendo: barrilha, malte, cevada e silicato de vidro; e carga geral: açúcar e gado bovino vivo. A participação percentual dos grupos de cargas movimentadas em 2022 ficou assim definida:

- Granéis Sólidos: 79,32%
- Carga Geral: 20,68%

Em 2022, a Companhia obteve uma receita operacional de R$ 29.915.545 que representou um acréscimo de 35,8% em relação aos R$ 22.027.592 de 2021. A receita de 2022 apresentou em crescimento de 103,5% em relação a 2017, primeiro exercício após a empresa ter se tornado dependente do Governo do Estado de São Paulo. O valor total das cargas movimentadas registrou, em 2022, US$ 77.897.917, sendo US$ 40.088.566 de importação e US$ 37.809.351 de exportação. **Administração Portuária e Infraestrutura: Coronavírus:** Em virtude da pandemia do coronavírus e visando manter a operação em sua totalidade, a Companhia adotou todas as medidas sanitárias, recomendadas pelas autoridades, como a obrigatoriedade do uso de máscaras; disponibilização de álcool gel em diversos pontos; higienização de banheiros, refeitórios e locais de descanso; distanciamento de mesas e bancos dos refeitórios; medição de temperatura das pessoas no acesso ao Porto e orientações através de quadros de avisos e e-mails. **PDZ - Plano de Desenvolvimento e Zoneamento:** A Companhia revisou o PDZ - Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, tendo como parâmetros o Plano Mestre do Complexo Portuário de São Sebastião, publicado em 2018 e a sua futura desestatização, estando temporariamente suspensa sua aprovação pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), aguardando o andamento do processo de desestatização. Iniciativas já foram adotadas, em 2023, no sentido de que a SNPTA priorize a aprovação do PDZ, haja vista que se trata de um instrumento de planejamento que deve ser utilizado em qualquer cenário de administração do Porto de Sebastião. **Regularização fundiária:** Foi dada continuidade, junto à SPU - Secretaria do Patrimônio da União, as medidas necessárias para regularização fundiária das áreas do Porto de São Sebastião, o que servirá também ao processo de desestatização, porém, ainda sem conclusão em 2022. Nesse sentido, encontra-se em andamento na Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União o Processo SEI nº 10154.102789/2020-94 que trata da caracterização de imóveis do Porto de São Sebastião, para o fim da Regularização Imobiliária do Porto Organizado. Este Processo visa a atender a demanda da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários. Além disso, por ocasião da retomada da execução das obras do Contorno Sul da Nova Tamoios, a Companhia Docas deu conhecimento ao SPU sobre a sobreposição do projeto da rodovia com área da União em cerca de 1.313,05 m², cujas tratativas para regularização estariam sendo encaminhadas junto à União pelo Governo do Estado de São Paulo. **Dragagem:** Desde 2019, o calado máximo operacional para o berço 101, único para navio cargueiro, foi reduzido em função de assoreamento no local. A Companhia realizou procedimento licitatório e contratou, no final de 2020, empresa para realizar a dragagem, objetivando restabelecer a profundidade de 10 metros. Após longo processo para sanar pendências ambientais e administrativas, foi iniciada a dragagem em dezembro de 2021 e concluída em outubro de 2022, aguardando a formalização, após batimetria final contratada pela Companhia, para a divulgação do novo calado máximo operacional. Em 02/02/2023, foi homologado o novo calado máximo operacional, após a manifestação da Marinha do Brasil, e em conformidade com o Nível de Redução (NR) estabelecido pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), sendo: • 9,10m (nove metros e dez centímetros) para qualquer situação, desde que a Praticagem realize a aproximação para atracação a partir do norte do cais; ao desatracar, o navio deverá se afastar, utilizando o mesmo percurso, em sentido inverso; e • até 9,50m (nove metros e cinquenta centímetros), inclusive em condições de enchente de maré, mantida uma folga sob a quilha de, no mínimo, 0,70m (setenta centímetros) e com a(Praticagem obedecendo à mesma rota supracitada. **Estrutura Tarifária:** A Resolução Normativa ANTAQ nº 32/2019 estabeleceu uma estrutura tarifária padronizada a ser adotada por todas as Administrações Portuárias. A Companhia entregou sua proposta e estudos em novembro de 2020 e a ANTAQ aprovou por intermédio do Acórdão nº 207, de 20 de abril de 2021, que também estabeleceu os valores teto para os itens tarifários. A nova estrutura foi implantada a partir de 1º de julho de 2021. Em 2022, ainda foram praticados alguns valores, nas tabelas II, III, V e VIII, abaixo do teto máximo autorizado pela ANTAQ, por meio de aplicação de descontos específicos e devidamente justificados. Essas tarifas, ainda abaixo do teto autorizado pela ANTAQ, tiveram os valores de desconto revisados em janeiro de 2023, a fim de se adequarem à realidade econômico-financeira da Companhia. **SISLOG:** A Companhia concluiu a implantação do novo sistema de controle de acesso de pessoas e veículos na Área Primária do Porto de São Sebastião, para atendimento ao Ato Declaratório Executivo COANA/COTEC nº 2 de 26/09/2003, que *"especifica os requisitos técnicos, formais e prazos para implantação de sistema informatizado de controle aduaneiro domiciliar e de recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro".* O sistema, denominado SISLOG, possibilitou, sob prévio agendamento das empresas responsáveis usuárias do Porto, agilizar o processo de identificação e acesso de pessoas e veículos com o apoio tecnológico, aproveitando de melhor forma a infraestrutura do Porto, bem como facilitando a gestão da logística e controle das áreas primárias, no que se refere às operações de carga e descarga, armazenamento, retirada de mercadorias e movimentação de carga em geral, trazendo mais confiabilidade e segurança. Ainda em 2022, foram iniciados os processos para desenvolvimento de informatização dentro do SISLOG, para integrar as áreas operacional e financeira do Porto, com a automação do faturamento, objetivando promover agilidade e segurança. **Movimentação de Gado Vivo:** Em atendimento ao art. 7º da Instrução Normativa nº 39 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Porto de São Sebastião requereu em 2020 e obteve em 2021 sua habilitação para garantir que a realização das atividades relacionadas ao comércio e ao trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário, seja conduzida em espaços físicos que disponham de condições adequadas para as referidas atividades. Entende-se por habilitação, a autorização concedida pelo MAPA e, para tanto, houve a necessidade de adequação da estrutura operacional do Porto. Em 2022, foi retomada a movimentação de gado vivo, tendo embarcado 26.523 animais vivos da espécie bovina nos meses de novembro e dezembro. **Movimentação de Óleo Vegetal:** Encontra-se em fase de implantação, a instalação de dutos e equipamentos em área interna do Porto, interligando o Terminal de Armazenagem de Óleo Vegetal, situado em área contígua à Área do Porto Organizado, ao cais de atracação, conforme estabelecido no Contrato de Passagem firmado com a empresa Olfar S/A Alimento e Energia. O prazo de duração do contrato é de 25 (vinte e cinco) anos, estando estabelecida a movimentação mínima contratual de 120.000 (cento e vinte mil) toneladas ao ano de granéis líquidos vegetais. **Montagem de Componentes *Offshore:*** Em dezembro de 2021, a empresa RC Technica Caldeiraria e Montagem Industrial Ltda, com sede no município de Taubaté/SP, formalizou o pleito de locação temporária de espaço dentro da Área Portuária, ao amparo da Resolução Normativa ANTAQ nº 7/2016, com o propósito de concluir a montagem de módulos de medição para navio-plataforma *offshore* e posterior *loadout* pelo cais do Porto. Em 1º de fevereiro de 2022, foi assinado entre a RC TECHNICA e a COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO, contrato de uso temporário de área e instalações localizadas no Porto, com um total de 2.412 m², entre área descoberta - 1.881 m² e coberta - 531 m², o que já perfaz uma remuneração mensal à CDSS de R$ 52.037,55, representando apenas o uso da área. Sua exploração, após toda a montagem do parque, prevê a movimentação de materiais pré-fabricados, máquinas e equipamentos para a montagem de módulos de medição e outros componentes para plataformas *offshore*, o que implicará em arrecadação pelo Porto de demais tarifas envolvendo a movimentação terrestre e marítima desses equipamentos. Em dezembro de 2022 foram embarcados os três primeiros módulos. **Cenário Econômico e Financeiro:** Na fase pós-pandemia, os segmentos com maior recuperação foram petróleo e gás, mineração e farmacêutico. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), projeta que o PIB da Indústria deve crescer 0,8% em 2023. Já o PIB da Indústria da Transformação deve aumentar 0,3% e o da Indústria da Construção Civil deve subir 2,0%. Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), entre janeiro e dezembro de 2022, o setor portuário brasileiro movimentou 1,209 bilhão de toneladas, sendo a segunda maior movimentação portuária registrada desde 2010. A movimentação ficou somente 0,4% abaixo do ano de 2021, quando o setor portuário teve o seu recorde de movimentação: 1,214 bilhão de toneladas transportadas. Em 2022 houve crescimento na movimentação de cargas de granéis sólidos: 712 milhões de toneladas movimentadas, o que representa um aumento de 0,8% em relação ao ano anterior. Outro crescimento aconteceu na movimentação de carga geral. Ao todo, foram 63,2 milhões de toneladas movimentadas (aumento de 6,33% em comparação a 2021). O setor agrícola movimentou 311,6 milhões de toneladas em 2022, representando um aumento de 8% em comparação a 2021. Milho foi o produto que registrou o maior aumento de movimentação: ao todo, foram 60,9 milhões de toneladas movimentadas (aumento 93,1% em comparação a 2021). Outros produtos registraram crescimento entre janeiro e dezembro de 2022. O açúcar movimentou 27,2 milhões de toneladas (alta de 0,4%) e o trigo movimentou 6,9 milhões de toneladas (alta de 7,3%). A indústria movimentou 70,8 milhões de toneladas em 2022 (alta de 0,92%). Foram movimentadas 450,34 milhões de toneladas de minerais em 2022 (decréscimo de 2,8%). A redução em comparação ao ano anterior foi resultado da redução da movimentação de minério de ferro, que movimentou 360,6 milhões de toneladas (diminuição de 2,7% quando comparados a 2021). Ferro e Aço movimentaram 26,6 milhões de toneladas no ano passado, o que representou uma queda de 3,2% em comparação a 2021. A movimentação anual de combustíveis foi de 305,7 milhões de toneladas. Quantidade movimentada foi 5,53% menor do que o ano de 2021. Apesar da diminuição no acumulado do ano, o total de movimentação nos portos organizados registrou variação positiva de 3% com 57,4 milhões de toneladas movimentadas. Etanol combustível movimentou 3 milhões de toneladas em 2022, acumulando uma alta de 18,2% quando comparado a 2021. Já o óleo bruto de petróleo e seus derivados movimentaram 274,7 milhões de toneladas entre janeiro e dezembro do ano passado (queda de 2,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior). O gás de petróleo também registrou queda de 41,4%, movimentando 6,1 milhões de toneladas. Buscando diversificar e aumentar a movimentação de cargas pelo Porto de São Sebastião em 2022 a Companhia Docas viabilizou o retorno das operações de exportação de açúcar em sacas. Foi autorizada a instalação de equipamentos portuários (estruturas temporárias de armazenagem) nos pátios alfandegados, o que permitiu que o Operador Portuário firmasse contrato com os exportadores por um prazo inicial de três anos, movimentando cerca de 200.000 toneladas de açúcar por ano. Também em 2022, a Companhia assinou contrato de uso temporário com a empresa RC Technica Caldeiraria e Montagem Industrial Ltda. para a montagem e posterior embarque de módulos de medição de plataformas de exploração de petróleo, reinserindo o Porto de São Sebastião no mercado de óleo e gás. A Companhia também buscou atrair novas cargas para serem movimentadas pelo Porto, como a exportação de placas de madeira da Eucatex, a importação de enxofre - que aguarda liberação do IBAMA - e a exportação e a cabotagem de Coque Calcinado da Petrocoque. A retomada das exportações de bovinos em pé também deve ser destacada, uma vez que apenas três portos na costa brasileira são aptos a efetuar estas operações. Para as cargas já consolidadas, como a barrilha, o malte e a cevada cervejeira, a Companhia atuou juntamente com os Operadores Portuários envolvidos, na melhoria contínua dos processos e infraestrutura, a fim de gerar eficiência na operação e consequentemente um aumento no volume movimentado. Para o ano de 2023, é esperado um aumento na movimentação dessas cargas. **Investimentos:** A LOA 2022 contemplou a Companhia com o valor de R$ 8.247.298 para investimento no Porto, para a realização de obras e aquisição de equipamentos para os sistemas de segurança de monitoramento por câmeras e de controle de acesso, visando à obtenção da certificação internacional do ISPS-CODE, necessária a partir de 2023 para continuidade das atividades portuárias. Dos recursos orçamentários para investimento disponibilizados, após a finalização dos certames, foram empenhados R$ 7.133.603. Do montante empenhado, foram executados R$ 29.811 em 2022. A disponibilidade orçamentária não executada em 2022, R$ 7.103.792, foi inscrita em Restos Pagar (RAP 2022), sendo executados, até 28/02/2023, R$ 589.456, com previsão de finalização da execução orçamentária de R$ 6.514.336, até agosto de 2023. **Ampliação e Modernização do Porto de São Sebastião:** O Projeto de Expansão do Porto, conforme projeto de 2013, encontra-se paralisado, pois a Licença Prévia nº 474/2013 emitida pelo IBAMA em 17/12/2013, para suas fases 1 e 2 e que possibilitaria o incremento da área portuária para 800 mil m² e a construção de até 1.500 m de berços com 40 m de largura e profundidade mínima de 16 m, foi suspensa por ação impetrada pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, permanecendo ainda sub judice. Em 28/05/2014, foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.403.6135) pelos Ministérios Públicos, Federal e Estadual, em face do IBAMA e da Companhia, com trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11/07/2014. Após diversos trâmites na Justiça, em 07/03/2019 foi juntado o recurso de apelação dos Ministérios Público Estadual e Federal, razão pela qual a Companhia Docas de São Sebastião protocolou no dia 05/04/2019 as contrarrazões do recurso de apelação. Após permanecer longo prazo na Primeira Instância - Vara de Caraguatatuba - o processo foi, finalmente, remetido para o 2º Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 06 de outubro de 2021, estando os autos no Gabinete do Relator, conclusos para julgamento, desde 27/01/2022. Nesse sentido, em 2023 a Companhia deverá elaborar um novo projeto de expansão, a fim de avançar num processo de arrendamento de área operacional, prevendo investimentos, sobretudo, na construção de um novo de berço de atracação que, de fato, é considerado a principal infraestrutura capaz de alavancar os negócios da Companhia. Em paralelo, a Companhia deve envidar esforços para promover a disponibilidade de áreas para arrendamento simplificado (contratos de 10 anos) e para uso temporário, que também permitiriam a realização de investimentos de pequena monta, em especial na adequação de novos pátios, melhorias nas vias de acessos internos e construção de galpões de armazenagem. **Gestão Ambiental:** No Índice de Desempenho Ambiental (IDA)[2] da ANTAQ o Porto de São Sebastião ficou classificado como o sexto melhor do Brasil (índice de 95,96, acima de Santos (95,35), Fortaleza (88,53) e Rio de Janeiro (62,78), além dos portos mais próximos, como Angra dos Reis (73,64). A Licença de Operação do Porto foi renovada em 2020, sob n° 1580, onde apresenta 22 condicionantes que estão sendo atendidas pela CDSS. O atendimento a tais condicionantes se dá através de contratações de empresas distintas e especializadas em cada conhecimento técnico-científico, específicos para o cumprimento de cada condicionante, ou um conjunto de condicionantes, para manter os monitoramentos e eficiência ambiental do Porto de São Sebastião. A atualização do PGA (Programa de Gestão Ambiental) está em fase de aprovação pelo IBAMA e deverá conter mais ações além das existentes. Além disso, o Porto de São Sebastião foi o primeiro Porto nacional a obter a certificação ISO 14001 no ano de 2015, com a última recertificação em 2021, devendo ser novamente avaliado em 2023. **Gestão de Recursos Humanos:** O Quadro de Pessoal da Companhia foi aprovado em 2 de junho de 2010, compreendendo 98 (noventa e oito) posições, sendo 13 (treze) cargos de livre provimento e 85 (oitenta e cinco) cargos permanentes. Em 12 de fevereiro de 2014, com base na manifestação jurídica favorável da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi aprovado o novo Quadro de Pessoal, fixado em 152 (cento e cinquenta e duas) posições, sendo 13 (treze) de livre provimento e 139 (cento e trinta e nove) de cargos permanentes, de forma a incluir 54 (cinquenta e quatro) funcionários (cedidos) do Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), por sucessão trabalhista, a serem extintos na vacância. No entanto, o quadro atual (82 cargos ocupados) é insuficiente para atendimento às demandas administrativas e portuárias, em especial àquelas relativas à Guarda Portuária e às Operações Portuárias, além do atendimento às leis trabalhistas, como intervalo entre jornadas e horas extras habituais. Neste contexto, destacam-se as discrepâncias ocorridas após a sucessão trabalhista, como as relacionadas aos casos de funções semelhantes e salários significativamente diferentes, ou aqueles acerca de cargos de origem que foram extintos. A situação descrita requer ações para a mitigação de litígios trabalhistas. Nesse sentido, como plano de ação no que se refere à gestão de pessoas, seria necessário implantar um Plano de Demissão Voluntária, seguida de uma reestruturação do Quadro de Empregados da Companhia, implantação de um Plano de Empregos e Salários. No mesmo sentido, é necessário avaliar a possibilidade de promover um novo concurso público, buscar a cessão de funcionários de outros órgãos e autarquias do Governo do Estado de São Paulo ou realizar contratação temporária, caso exista respaldo legal, a fim de recompor a força de trabalho da Companhia e mitigar a deficiência descrita no cenário apresentado acima. Abaixo, quadro de empregados da Companhia Docas de São Sebastião em 31/12/2022.

Quadro de Empregados
Parecer Codec nº 013/2014, de 12/02/2014
despacho do Governador, de 26/02/2014

	Posições	Total	Ocupados	Vagos
Permanentes	Concursados - CLT [3 4]	85	21	64
Sucessão Trabalhista	Cedidos - Sucessão [5 6 7 8 9]	42	38	4
	Sucessão - Aposentadoria por Invalidez [10]	3	2	1
	Reintegração [11 12 13]	9	7	2
Livre Provimento	Comissão	13	11	2
Total Quadro		**152**	**79**	**73**
Reintegrados após Parecer CODEC nº 013/2014, de 12/02/14 [14 15 16 17]	-	*3*	-	
Total		**152**	**82**	**73**

Governança Corporativa, Transparência e *Compliance:* Em atendimento à Lei Federal nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, Estados e Municípios, a Companhia já se adequou às regras e condutas obrigatórias de acordo com a referida lei. Como exemplo, o Código de Conduta, aprovado na Centésima Vigésima Quarta (124ª) Reunião do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, de 24 de julho de 2017, estabelece os princípios, deveres e vedações dos colaboradores, inclusive disponibiliza um canal de denúncias aos colaboradores, fornecedores, clientes e usuários em casos onde houver suspeita de fraude, corrupção, ou qualquer tipo de irregularidades que infrinjam as normas e regulamentos da empresa ou quaisquer espécies de leis. Em um processo de melhoria contínua as normas e regimentos internos da Companhia, são constantemente revisados e alterados, quando necessário. **Atendimento ao Cidadão:** Em atendimento às normas estaduais e a Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, a Companhia disponibiliza os canais de comunicação "Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)", e "Ouvidoria" e "Canal de Denúncia" acessíveis pelo site do Porto de São Sebastião http://portoss.sp.gov.br. Em 2022, foram realizados os seguintes atendimentos: • Serviço de Informações ao Cidadão (SIC): 12 (doze) atendimentos, sendo todos a título de solicitação de informação, dos quais, 10 foram atendidos, 1 (um) está em recurso de 1ª instância e 1 (um) está aguardando andamento. • Ouvidoria: 4 (quatro) atendimentos, sendo 2 (duas) reclamações, das quais 1 (uma) foi encaminhada ao órgão responsável, pois não pertencia a Companhia Docas, e 2 (duas) solicitações de informações. • Canal de Denúncia: 7 (sete) manifestações, sendo que 4 (quatro) foram atendidas, 1 (uma) referente a outro órgão e 2 (duas) em andamento, com abertura de processo administrativo para apuração dos fatos. Também estão disponíveis no *site* as informações institucionais, tarifas, normas e regulamentos, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas. **Avaliação de Administradores:** Conforme Deliberação CODEC nº 04/2019, de 29/11/2019, que estabeleceu as diretrizes para avaliação dos administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo, a condução do processo de avaliação dos Conselheiros de Administração e Diretores da Companhia Docas de São Sebastião foi realizada pela Gerência de Relações Corporativas. A conformidade do processo de avaliação dos administradores do exercício de 2022 foi verificada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, o qual deliberou pela conformidade,

continua...

registrada em ata de reunião de 23 de janeiro de 2023, a qual foi encaminhada CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) e à Casa Civil do Estado de São Paulo. **Considerações Finais:** O Governo do Estado de São Paulo vislumbrou, na década de 20 do século passado, o imenso potencial portuário de São Sebastião, consagrado anos mais tarde quando a Petrobrás escolheu a mesma região marítima para instalar o maior terminal petroleiro da América Latina, o TEBAR Terminal Almirante Barroso, aliando-se para tal consagração dois fatores principais: as condições naturais privilegiadas de abrigo, profundidade, largura e comprimento de seu canal de acesso e a reduzida distância terrestre de ligação com os maiores centros industriais do País - Vale do Paraíba e Grande São Paulo. O Porto de São Sebastião é estratégico na logística do Estado de São Paulo e do País e a Companhia Docas de São Sebastiao vem administrando o Porto, dentro de suas limitações estruturais e restrições orçamentárias, de modo a desempenhar o seu importante papel de elo da cadeia logística de sua hinterlândia, buscando sempre a eficiência por meio da adequação e ampliação de sua infraestrutura, modernização dos equipamentos, seja por parte da Companhia ou dos Operadores Portuários pré-qualificados, e uma força de trabalho com qualificação adequada. É fundamental que a Diretoria da Companhia Docas de São Sebastião envide esforços para a ampliação da capacidade operacional do Porto com a construção de mais um cais que irá viabilizar a absorção do aumento da demanda de carga resultante da conclusão do Sistema Nova Tamoios-Contornos. Dessa forma, será possível promover o crescimento do Porto e região de seu entorno, aumentando as receitas e as movimentações de carga, criando postos de trabalho diretos e indiretos, aumentando a arrecadação de impostos e, consequentemente, contribuindo no desenvolvimento do município e da região do Vale do Paraíba. Está inserido no Estado de maior representatividade econômica da federação, podendo, com a ampliação da infraestrutura de atracação, contribuir significativamente para resultados mais satisfatórios da economia e da logística do Estado de São Paulo e do País.

São Sebastião/SP, 10 de março de 2023.

Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio - Diretor-Presidente
Cezar Aurelio Trombelli - Diretor Administrativo Financeiro
Alfredo Mariano Bricks - Diretor de Gestão Portuária

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			
Caixa e Bancos	4	-	1.947
Aplicações Financeiras	4	14.333.744	12.888.510
Clientes	5	4.436.455	3.645.864
(-) Provisão de Perda para Crédito Liquidação Duvidosa	5	(3.210.180)	(3.210.180)
Tributos a Recuperar	6	2.385.574	1.497.383
Despesas Antecipadas		2.107	13.757
Almoxarifado		91.348	79.989
Deposito Judicial		1.037.178	1.037.178
Adiantamentos		49.148	38.670
		19.125.372	**15.993.118**
Não Circulante			
Imobilizado	7	182.060.065	193.065.956
Intangível	8	26.495.535	28.633.551
		208.555.600	**221.699.507**
Total do Ativo		**227.680.972**	**237.692.625**

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante			
Convênio	10	2.145.534	2.460.581
Fornecedores	11	1.073.064	570.860
Juros sobre Capital Proprio		106	106
Contas a Pagar		8.252	1.002
Tributos a Recolher	12	554.034	303.038
Encargos Sociais Recolher	13	1.880.922	631.018
Provisões de Férias a Pagar	14	1.435.211	1.172.258
Adiantamento de Clientes	15	265.643	249.474
Salários a Pagar	16	3.697.311	3.500.355
		11.060.079	**8.888.692**
Não Circulante			
Provisão para Contingências	17	18.311.063	14.628.376
		18.311.063	**14.628.376**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	17.748.161	17.748.161
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18	286.717.920	286.625.432
Prejuízos Acumulados		(106.156.251)	(90.198.036)
		198.309.830	**214.175.557**
Total do Passivo		**227.680.972**	**237.692.625**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro 2022 e 2021

Receita de Vendas	Nota	2022	2021
Receitas de Serviços Prestados	19	**29.915.545**	**22.027.592**
Deduções da Receita Bruta			
(-) Impostos e Contribuições sobre Serviços Prestados		(4.262.966)	(3.252.965)
Receita Operacional		**25.652.579**	**18.774.627**
Outras Receitas			
Receita de Subvenção Econômica	19	10.416.149	9.874.602
Outras Receitas	19	2.171.944	1.187.905
Receita Líquida		**38.240.672**	**29.837.134**
Custo de Serviços Prestados			
Custos Operacionais	20	(28.388.009)	(20.053.700)
Lucro Bruto		**9.852.663**	**9.783.434**
Despesas Operacionais		**(25.810.878)**	**(23.269.245)**
Despesas Administrativas	20	(27.157.013)	(23.362.175)
Despesas/Receitas Financeiras	21	1.346.135	92.930
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		**(15.958.215)**	**(13.485.811)**
Corrente			
Diferido			
Tributos IRPJ e CSLL sobre Lucro (15% + 9%)		**-**	**-**
Lucro (Prejuízo) do Exercício		**(15.958.215)**	**(13.485.811)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro 2022 e 2021

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízo Acumulado	Total (Em Reais)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**17.748.161**	**284.408.392**	**(69.375.569)**	**232.780.984**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	2.020.448	-	2.020.448
Lucro do Exercício	-	-	8.076.900	8.076.900
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**17.748.161**	**286.428.840**	**(61.298.669)**	**242.878.332**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	196.592	-	196.592
Prejuízo do Exercício	-	-	(15.386.793)	(15.386.793)
Prejuízo Acumulado	-	-	(365.938)	(365.938)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**17.748.161**	**286.625.432**	**(77.051.400)**	**227.322.193**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-	-	(13.485.811)	(13.485.811)
Prejuízo Acumulado	-	-	339.176	339.176
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**17.748.161**	**286.625.432**	**(90.198.035)**	**214.175.557**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	92.488	-	92.488
Prejuízo do Exercício	-	-	(15.958.215)	(15.958.215)
Prejuízo Acumulado	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**17.748.161**	**286.717.920**	**(106.156.250)**	**198.309.830**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021

Atividades Operacionais	2022	2021
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	(15.958.215)	(13.485.811)
Lucro (Prejuízo) Exercicio anterior	-	339.176
(+) Depreciações e amortizações	13.243.988	13.664.360
(+) Despesas de Juros de Longo Prazo	-	-
(+) Provisão para Contingência	5.092.734	2.852.338
(+) Provisão para Dissidio Ano Base 2021	2.030.982	-
(+) Reversão de Ajustes AVP	-	-
(+) Reversão de Contingência	-	(862.000)
(+) Reversão de Dissidio Ano Base 2019/2018	(1.839.031)	-
	2.570.458	**2.508.063**
(Aumento) Redução em Contas a Receber	(790.591)	(367.198)
(Aumento) Redução em Provisão de Perda para Crédito Liquidação Duvidosa	-	(50.694)
(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	(888.191)	777.501
(Aumento) Redução em Adiantamentos	(10.478)	(32.847)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	11.650	13.085
(Aumento) Redução em Depósito Judicial	-	(5.000)
(Aumento) Redução em Almoxarifado	(11.359)	51.935
(Aumento) Redução em Realizável a Longo Prazo	-	-
Aumento (Redução) em Convênio Dersa (Circulante)	(315.047)	827.218
Aumento (Redução) em Fornecedores	502.204	172.459
Aumento (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	250.996	57.207
Aumento (Redução) em Encargos Sociais a Recolher	1.249.904	12.566
Aumento (Redução) em Férias a Pagar	262.953	(15.672)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	7.250	-
Aumento (Redução) em Adiantamento de Clientes	16.169	682
Aumento (Redução) em Salários a Pagar	5.007	1.620.601
Aumento (Redução) em Provisão para Contingência	(1.410.048)	-
Aumento (Redução) em Crédito de Clientes		
	(1.119.578)	**3.061.844**
Caixa Líquido Gerado nas Atividade Operacionais	**1.450.880**	**5.569.907**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(100.081)	(58.077)
Aquisição de Intangível	-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(100.081)**	**(58.077)**
Atividades de Financiamento		
Aumento (Redução) em Convênio Dersa	-	(1.890.283)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	92.488	-
Capital Social Aumento		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	**92.488**	**(1.890.283)**
Aumento (Redução) Líquida do Saldo de Caixa e Equivalentes	**1.443.287**	**3.621.547**
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Início do Exercício	12.890.457	9.268.910
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa no Final do Exercício	14.333.744	12.890.457
Aumento Líquido de Caixa	**1.443.287**	**3.621.547**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado Abrangente em 31 de Dezembro 2022 e 2021

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(15.958.215)**	**(13.485.811)**
Outros Resultados Abrangentes		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(15.958.215)**	**(13.485.811)**
Resultado abrangente total, atribuído a:		
Participação dos Acionistas Controladores	**(15.958.215)**	**(13.485.811)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2022

1. Contexto Operacional: A Companhia Docas de São Sebastião foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, realizada em 3 de setembro de 2007 e devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 6 de setembro de 2007. As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas de São Sebastião são decorrentes de Convênio de Delegação, celebrado entre a União e o Estado de São Paulo em 15 de julho de 2007. Tal convênio prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 17 da Lei Federal n° 12.815, de 5 de junho de 2013. Essa iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista. Em 14 de agosto de 2019, com a edição do Decreto Federal nº 9.972, o Porto Organizado de São Sebastião foi qualificado no âmbito do PPI - Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de desestatização. Em 2020 foi celebrado entre BNDES e o Ministério da Infraestrutura contrato para realização de estudos sobre o processo de Desestatização do Porto de São Sebastião. A Companhia Docas de São Sebastião, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não está contemplada nesses estudos. A Companhia Docas de São Sebastião, tem expectativa de continuar com suas atividades operacionais para o exercício de 2023.

2. Elaboração e Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas e diretrizes contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76, das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos; interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC; normas da CVM, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão; legislação e orientações específicas para empresas da administração federal indireta e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, desconhecendo qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. De toda forma, convém registrar que a inclusão da Companhia Docas de São Sebastião no Programa Nacional de Desestatização, desde o ano de 2019, não acarreta nenhum risco de solução de continuidade para as atividades da Companhia. O Programa de Desestatização da Companhia tem a participação do Ministério da Infraestrutura, Secretaria do Programa de Parceria em Investimento, do Ministério da Economia e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na sua gestão. **2.2. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.5 e 7); Determinação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (Nota 5); Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Nota 17); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 2.6 e 23). **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são preparadas e estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia Docas de São Sebastião. **2.5. Redução ao valor recuperável:** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo esta reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado. **2.5.1. Ativos financeiros e contratuais:** Os ativos financeiros e contratuais são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldo de redução ao valor recuperável é a de Clientes (Nota 5). **2.5.2. Ativo não financeiro:** A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente e em menor tempo, se for identificado que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros ou quando ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme determina o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, foi realizada avaliação dos ativos não financeiros, pelo método Valor em Uso e que apontou a recuperação do valor total pela utilização dos ativos na geração de receitas e benefícios futuros para a Companhia, sem a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável. **2.6. Instrumentos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** O saldo das contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **c) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos de contratos de swap. ***d) Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data-base do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). **e) Compensação de instrumentos financeiros:** Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Apuração do Resultado:** As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.8. Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas (Nota nº 4). **2.9. Ajuste a Valor Presente de Ativos:** Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia Docas de São Sebastião conclui que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por tal razão não foram registrados. **2.10. Partes Relacionadas (Convênio DERSA):** No curso normal de suas operações, a Companhia Docas de São Sebastião contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de empregados da Desenvolvimento Rodoviário S.A. - DERSA, empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante, sendo que a dívida foi ajustada a valor presente. **2.11. Imposto de Renda e Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social. **2.12. Provisões:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuadas tendo como base os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta à opinião da Assessoria jurídica da Companhia Docas de São Sebastião e da Assessoria jurídica contratada, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia Docas de São Sebastião, sempre que a perda for avaliada como provável - o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações - e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os classificados como perdas remotas não são provisionados, tampouco divulgados nas demonstrações financeiras. **2.13. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia Docas de São Sebastião e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia Docas de São Sebastião possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **2.14. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil-econômica estimada dos bens (Nota nº 7). **2.15. Intangível:** As licenças de *softwares* de computadores e de sistemas de gestão são demonstradas ao custo de aquisição e tem a sua amortização iniciada quando disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia Docas de São Sebastião. A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro (Nota nº 8). **2.16. Provisão para Recuperação de Ativos - *Impairment:*** Tendo como objetivo definir procedimentos que visam assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, são eles revistos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, caso existam evidências claras, a empresa reconhecerá a desvalorização por meio da constituição de provisão para

continua...

perdas. Considerando os ativos apresentados no Balanço Patrimonial do ano de 2022, foram realizados levantamentos para a determinação apenas de parâmetros referentes aos valores líquidos de uso e não por venda. Isso porque as atividades da Companhia Docas de São Sebastião são realizadas por delegação, e todos os seus bens devem ser revertidos à União, conforme § 4º da cláusula sexta do Convênio de Delegação supramencionado. Cumpre informar que para os próximos anos, nenhum ativo fixo será desativado ou baixado dos controles da empresa, bem como não serão realizadas aquisições para substituição dos bens atuais, não resultando em baixa a esse título. Valor de uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. **2.17. Receita de Serviços Prestados e Cessão de Uso Onerosa: 2.17.1. Serviços:** As receitas de prestação de serviços com Utilização da Infraestrutura do Acesso Aquaviário; Utilização das Instalações de Acostagem; Utilização da Infraestrutura Terrestre; Utilização das Instalações de Armazenagem são reconhecidas quando existe evidência confiável de que: i) os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia Docas de São Sebastião seja provável que os valores serão recebidos. **2.17.2. Cessão de Uso Onerosa** As receitas estão reconhecidas com base no regime de competência, atualizadas quando aplicável e contratualmente exigido. **2.18. Salários ou Encargos:** Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **2.19. Gastos Ambientais:** Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesas de custeio, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para mitigar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão de riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia Docas de São Sebastião. **2.20. Impostos sobre Receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Imposto sobre Serviço (ISS), pelo regime de competência. **2.21. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos (Nota nº 21).

3. Eventos Significativos no Exercício: 3.1. Relativos à desestatização: Por meio da Resolução CPPI nº 52, de 08/05/2019, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) opinou favoravelmente e submeteu à deliberação do Presidente da República para qualificação no âmbito do PPI o Porto Organizado de São Sebastião (SP), bem como os serviços públicos portuários a este relacionados, para fins de estudos de desestatização. Em 21/08/2019, por meio da Resolução CPPI nº 69, o CPPI também opinou favoravelmente e submeteu à deliberação do Presidente da República a qualificação para estudos, no âmbito do PPI, do Porto Organizado de Santos (SP), e os serviços públicos portuários a este relacionados, para fins de estudos de desestatização. As referidas Resoluções previram também a possibilidade de contratação do BNDES para a realização dos referidos estudos. Em 28/11/2019 e em 14/08/2019, foram publicados os Decretos Presidenciais nº 10.138 e nº 9.972 que, respectivamente, ratificaram a qualificação dos Portos de Santos e de São Sebastião no âmbito do PPI, possibilitando, assim, a realização de estudos e a avaliação de alternativas de parceria com a iniciativa privada. Em 28/04/2020, foi celebrado entre o BNDES e o Ministério da Infraestrutura o Contrato de Estruturação de Projetos nº 01/2020, cujo objeto consiste na "prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República". Ao fim do processo de estudo, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou a realização de consulta e audiência públicas para o recebimento de contribuições para o aprimoramento da minuta de edital e contrato relativos ao processo de licitação para desestatização e concessão do Porto de São Sebastião, em São Paulo. A concessão do Porto de São Sebastião visa modernizar o modelo de gestão portuária e atrair novos investimentos em infraestrutura. A vigência do contrato de concessão será de 25 anos, prorrogável por até 5 anos. A modelagem prevê o pagamento do valor de outorga mínimo de R$ 33,3 milhões a ser realizado em parcela única e o critério de licitação escolhido foi o de maior valor outorga, com realização de leilão da modalidade presencial. A ANTAQ realizou, entre os dias 27 de dezembro de 2021 e 9 de fevereiro de 2022, consulta e audiência públicas para obter contribuições visando ao aprimoramento dos documentos relativos à licitação de concessão do Porto Organizado de São Sebastião (SP). Para essa consulta a ANTAQ emitirá um relatório contemplando todas as contribuições ao modelo de concessão. As próximas etapas serão a análise e eventual incorporação das contribuições recebidas e posterior submissão ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI). **3.2. Relativos a Covid-19:** Em virtude da pandemia do coronavírus e visando manter a operação em sua totalidade, a Companhia adotou e mantêm todas as medidas sanitárias, recomendadas pelas autoridades sanitárias, como a obrigatoriedade do uso de máscaras; disponibilização de álcool gel em diversos pontos; higienização de banheiros, refeitórios e locais de descanso; distanciamento de mesas e bancos dos refeitórios; medição de temperatura das pessoas no acesso ao Porto e orientações através de quadros de avisos e e-mails.

4. Caixa e Equivalente de Caixa	**2022**	**2021**
Caixa Geral	-	1.947
Bancos Conta Movimento	-	-
	-	**1.947**
Aplicação Financeira	14.333.744	12.888.510
	14.333.744	**12.888.510**
	14.333.744	**12.890.457**

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são alocadas em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

5. Clientes: Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte e líquidos de provisão para perda.

Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber, pois as operações têm seu vencimento em 10 (dez) dias, não havendo, assim, efeito relevante para sua evidência.

	2022	**2021**
Clientes	4.436.455	3.645.864
(-)Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(3.210.180)	(3.210.180)
	1.226.275	**435.684**

Foi constituída a Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD devido à expectativa de recebimento ser improvável.

	2022	**2021**
Schahin Engenharia	2.253.106	2.253.106
SLB Ltda.	910.136	910.136
Clientes Diversos	46.938	46.938
	3.210.180	**3.210.180**

6. Impostos a Recuperar	**2022**	**2021**
IRRF	1.794.379	1.033.999
CSLL	559.332	431.521
INSS	2.731	2.731
PIS/COFINS/CSLL	29.132	29.132
	2.385.574	**1.497.383**

7. Imobilizado	**Dragagem Corretiva**	**Benfeitorias Propriedades de Terceiros**	**Móveis e Utensílios**	**Veículos**	**Instalações**	**Máquinas e Equipamentos**	**Hardware**	**Obras Terraplanagem**	**Total**
Taxas Anuais de Depreciação	**4% a.a**	**4% a.a**	**10% a.a**	**20% a.a**	**10% a.a**	**10% a.a**	**20% a.a**	**4% a.a**	
Custo									
Em 31 de Dezembro de 2021	**5.786.693**	**3.561.296**	**1.386.228**	**583.600**	**12.878.947**	**5.514.436**	**2.375.858**	**228.670.021**	**260.757.079**
Em 01 de Janeiro de 2022	5.786.693	3.561.296	1.386.228	583.600	12.878.947	5.514.436	2.375.858	228.670.021	260.757.079
Adições	-	-	3.427	45.000	-	26.384	25.270	-	100.081
Em 31 de Dezembro de 2022	**5.786.693**	**3.561.296**	**1.389.655**	**628.600**	**12.878.947**	**5.540.820**	**2.401.128**	**228.670.021**	**260.857.160**
Depreciação Acumulada									
Em 31 de Dezembro de 2021	**1.751.287**	**997.162**	**1.050.690**	**450.117**	**6.718.198**	**3.069.139**	**1.562.950**	**52.091.581**	**67.691.124**
Em 01 de Janeiro de 2022	1.751.287	997.162	1.050.690	450.117	6.718.198	3.069.139	1.562.950	52.091.581	67.691.124
Depreciação	231.468	142.452	79.834	938	1.138.116	368.580	11.198	9.133.386	11.105.972
Em 31 de Dezembro de 2022	**1.982.755**	**1.139.614**	**1.130.524**	**451.055**	**7.856.314**	**3.437.719**	**1.574.148**	**61.224.967**	**78.797.096**
Valor contábil líquido									
Em 31 de Dezembro de 2021	**4.035.406**	**2.564.134**	**335.538**	**133.483**	**6.160.749**	**2.445.297**	**812.908**	**176.578.440**	**193.065.956**
Em 31 de Dezembro de 2022	**3.803.938**	**2.421.682**	**259.131**	**177.546**	**5.022.633**	**2.103.100**	**826.980**	**167.445.054**	**182.060.065**

8. Intangível Em Milhares de Reais	**Licenças de Uso (Software)**	**Licenças Ambientais - L.O**	**Total**
Taxas Anuais de Depreciação	**5,41% a.a**	**4% a.a**	
Custo			
Em 31 de Dezembro de 2021	**18.706.537**	**31.351.341**	**50.057.878**
Em 01 de Janeiro de 2022	18.706.537	31.351.341	50.057.878
Adições	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2022	**18.706.537**	**31.351.341**	**50.057.878**
Amortização Acumulada			
Em 31 de Dezembro de 2021	**9.692.697**	**11.731.630**	**21.424.327**
Em 01 de Janeiro de 2022	9.692.697	11.731.630	21.424.327
Amortização	905.788	1.232.228	2.138.016
Em 31 de Dezembro de 2022	**10.598.485**	**12.963.858**	**23.562.343**
Valor contábil líquido			
Em 31 de Dezembro de 2021	**9.013.840**	**19.619.711**	**28.633.551**
Em 31 de Dezembro de 2022	**8.108.052**	**18.387.483**	**26.495.535**

9. Bens de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião: Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia Docas de São Sebastião, objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída, conforme Portaria ANTAQ nº 209, de 19 de outubro de 2007, foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia Docas de São Sebastião por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R$ 42.489.042 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e quarenta e dois reais).

10. Convênio DERSA: Quando assumiu a gestão da Administração do Porto de São Sebastião em 2008, a Companhia Docas de São Sebastião - CDSS, criada com este propósito específico pelo Decreto Estadual 52.102/2007, sucedeu a Desenvolvimento Rodoviário S.A (DERSA) que deixou no Porto seus empregados, mantendo-se como empregadora e pagando os salários e benefícios até 31 de março de 2014 quando estes mesmos empregados foram transferidos formalmente para a CDSS. Considerando que tais empregados estiveram a serviço da CDSS desde 2008, porém, mantidos financeiramente pela DERSA, que foi parcialmente reembolsada pela novo representante do Delegatário, a diferença não reembolsada determinou a assinatura em 2016 de um **Termo de Compromisso e Reconhecimento de Dívida** entre a DERSA e a CDSS, pelo qual, em função de parcelamento da dívida acumulada, a CDSS reembolsa mensalmente a DERSA. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia Docas de São Sebastião atualizou o saldo devedor do Termo de Compromisso com a Dersa, de Acordo com índice IPC-FIPE, acrescendo ao saldo devedor a importância de R$ 16.935,16 (dezesseis mil, novecentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos).

	31/12/21	**Adições/ Transferências**	**Baixas/ Transferências**	**31/12/20**
Passivo Circulante	2.145.534	-	(315.047)	2.460.581
Passivo Não Circulante	-	-	-	-
	2.145.534	**-**	**(315.047)**	**2.460.581**

11. Fornecedores	**2022**	**2021**
Fornecedores Imobilizado	45.000	50.877
Fornecedores Custeio	1.028.064	519.983
	1.073.064	**570.860**

A Companhia Docas de São Sebastião trabalha com prazo médio de 30 (trinta) dias para pagamento de seus fornecedores.

12. Tributos a Recolher	**2022**	**2021**
PASEP e COFINS	307.719	166.049
ISS	185.452	116.426
Impostos Retidos de Terceiros	60.863	20.563
	554.034	**303.038**

A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, além de alterar a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração dos tributos incidentes sobre o lucro e a receita, obrigatório a partir do ano-calendário de 2010. A Companhia Docas de São Sebastião optou pelo RTT, que determina que, para fins fiscais, sejam mantidos os métodos e critérios contábeis utilizados pela legislação societária brasileira vigente até 31 de dezembro de 2007, uma vez que não foram adotadas práticas contábeis que pudessem gerar diferimento de imposto de renda e contribuição social. **12.1. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** A Medida Provisória nº 627, publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), posteriormente convertida na Lei Federal nº 12.973, de 13 de maio de 2014, traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

13. Encargos Sociais a Recolher	**2022**	**2021**
13º Salário	-	-
INSS sobre Folha	1.155.761	296.574
FGTS sobre Folha	294.301	93.188
IRRF sobre Folha	428.740	239.173
Contribuição Sindical	2.120	2.083
Outros	-	-
	1.880.922	**631.018**

14. Provisões de Férias a Pagar	**2022**	**2021**
Provisões de Férias	1.036.441	859.086
Provisões de Encargos S/Férias	398.770	313.172
	1.435.211	**1.172.258**

15. Adiantamento de Clientes	**2022**	**Adições/ Transferências**	**Baixas/ Transferências**	**2021**
Adiantamento Cliente	94.356	3.779	-	90.577
Garantias Concorrência	171.287	12.390	-	158.897
	265.643	**16.169**	**-**	**249.474**

16. Salário a Pagar: A Companhia Docas de São Sebastião informa os dissídios referentes aos anos: Data Base Maio/2018 e Data Base Maio/2019, que estavam sob judice, foram integralmente pagos em 31/12/2022. A Companhia Docas de São Sebastião informa que se encontra, sob judice, o julgamento do pleito do dissídio referente ao ano de: Data Base 2021. Trata-se de dissídio represado, no montante equivalente a R$ 3.692.197 (três milhões, seiscentos e noventa e dois mil, cento e noventa e sete reais).

	2022	**2021**
Salário a Pagar	3.999	-
Rescisões a Pagar	108	108
Pensão Alimentícia	1.007	-
Empréstimo Consignado	-	-
Dissídio Coletivo (a)	3.692.197	3.500.246
	3.697.231	**3.500.355**

(a) Em 2022, o saldo da rubrica refere-se a provisão dos dissídios dos períodos de maio de 2021 a dezembro de 2022.

17. Provisão para Contingências: 17.1. Processos Trabalhistas: A Companhia Docas de São Sebastião é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, a título de sucessora da atividade econômica do DERSA, no gerenciamento do Porto de São Sebastião. A DERSA atuou como operador do Porto de São Sebastião até o final do ano de 2007. Em sua gestão, passou a reestruturar as atividades portuárias, restringida a ações mais gerenciais, quando então a movimentação de carga passou a ser realizada por operadores portuários previamente cadastrados. Nesse sentido, nos anos de 2003 e 2004, realizou dispensas imotivadas de empregados que estavam vinculados ao Porto de São Sebastião. Tais ex-empregados ingressaram na Justiça Trabalhista e, em sua maioria, adquiriram o direito de reintegração aos seus antigos postos de trabalho. As decisões judiciais somente ocorreram em 2010 e 2011, quando a Companhia Docas de São Sebastião já detinha o gerenciamento do Porto e passou a ter que cumprir com as determinações, a título de sucessora da atividade econômica da empresa (gerenciamento do Porto de São Sebastião). Com a nulidade das dispensas declaradas nas decisões judiciais, o período de 6 a 7 anos em que os ex-empregados estiveram afastados, foi reconhecido como devido a título de salários. A Companhia Docas de São Sebastião está, ainda, envolvida em outros processos de natureza trabalhista, cujo valor totaliza R$ 3.912.437,20 (três milhões, novecentos e doze mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte centavos) que, por apresentarem probabilidade de perda possível, não tem provisão constituída. **17.2. Processos Auto de Infração:** Em 24 de abril de 2018 a Companhia Docas de São Sebastião foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através do Auto de Infração nº 9144578, no montante de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por deixar de atender a 10 (dez)condicionantes estabelecidas na licença de operação 908/2010, conforme pareceres técnicos nº 1697865 e 1698056. Em 31 de janeiro de 2019 a Companhia Docas de São Sebastião foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através do Auto de Infração nº 9141958, no montante de R$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais) por deixar de atender a condicionantes nº 1.4 estabelecidas na licença ambiental - LO 908/2010, conforme pareceres técnicos nº 5/2018. Em 19 de outubro de 2020 a Companhia Docas de São Sebastião foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através do Auto de Infração nº XROWWYVJ, no montante de R$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais) por deixar de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental, conforme pareceres técnicos nº 7/2020. Em 07 de dezembro de 2020 a Companhia Docas de São Sebastião foi autuada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, através do Auto de Infração nº IN01DVRP, no montante de R$ 81.00,00 (oitenta e um mil reais) por deixar de atender exigências legais ou regulamentares, conforme pareceres técnicos nº 7/2020. Conforme relatório da Assessoria Jurídica da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2022, os referidos Autos de Infração mencionados acima, foram classificados como "Possível", desta forma os valores contingenciados anteriormente como "Riscos Legais", no valor de R$ 862.000 (Oitocentos e sessenta e dois mil reais), foram oportunamente revertidos. **17.3. Processos Cíveis:** Conforme relatório da Assessoria Jurídica da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2022, referente aos Processos Cíveis em curso, nota-se uma ação de execução (ação de regresso) movida pelo OGMO em face das Rés, em virtude de ação trabalhista julgada procedente, deferindo indenização ao espólio do reclamante, em virtude de falecimento, decorrente de acidente de trabalho. A Referida indenização foi paga integralmente pelo OGMO que agora cobra da Dersa, da Companhia Docas de São Sebastião e da empresa Frette Cargo Intermodal. Atualmente o presente processo está em fase de cumprimento de sentença e que após impugnação do laudo contábil e retificação da conta apresentada pela perita do Juízo, as partes manifestaram sua concordância com o valor apresentado, sendo de responsabilidade solidária entre Companhia Docas de São Sebastião e Dersa, o importe de R$ 409.218,13 (quatrocentos e nove mil, duzentos e dezoito reais e treze centavos). Homologados os cálculos de liquidação, as Executadas Companhia Docas de São Sebastião e Dersa apresentaram impugnação quanto à forma de pagamento da condenação, requerendo a aplicação do regime de precatórios. Contudo, o requerimento de ambas foi negado pelo Juízo, sendo submetido a análise do Tribunal de Justiça de São Paulo, que manteve a decisão da vara de origem nesse aspecto. A Companhia Docas de São Sebastião está, ainda, envolvida em outros processos de natureza cível, cujo valor totaliza R$ 5.296.581,28 (cinco duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos), que, por apresentarem probabilidade de perda possível, não tem provisão constituída.

	2022	**Adição**	**Pagamentos**	**2021**
Riscos Trabalhistas	17.892.507	5.083.397	(1.410.048)	14.219.158
Riscos Cíveis	448.556	39.338	-	409.218
	18.341.063	**5.122.735**	**(1.410.048)**	**14.628.376**

18. Capital Social: A Companhia Docas de São Sebastião possui Capital Autorizado da ordem de R$ 278.838.000 (duzentos e setenta e oito milhões e oitocentos e trinta e oito mil reais), representado por ações ordinárias nominativas, sendo que R$ 17.748.161 (dezessete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta e um reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R$ 286.625.432 (duzentos e oitenta e seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", composto conforme demonstrado abaixo:

Ano	**R$**
2009	1.100.000
2010	5.000.000
2011	6.688.162
2012	26.976.384
2013	109.356.821
2014	93.573.384
2015	26.116.982
2016	10.026.251
2017	-
2018	5.570.408
2019	2.020.448
2020	196.592
2021	-
2022	92.488
Total	**286.717.920**

A deliberação CODEC 1/91 de 12 de setembro de 1991, estabelece na seção V - Artigo 14, que as empresas em que o Estado participa, direta ou indiretamente como acionista majoritário, e que tenham em seus Estatutos Sociais especificação para autorização de aumento do limite do Capital Social autorizado, como também, do seu respectivo aumento, a ser deliberado pelo Conselho de Administração (inciso II do artigo 166 da Lei nº 6.404/76), somente poderão realizar o aumento e autorizar as respectivas emissões de ações, após pronunciamento do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. Por força da já citada Deliberação CODEC nº 1/91, a matéria deverá ser objeto de parecer preliminar daquele Colegiado, para posterior e oportuna deliberação do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião.

19. Receita: Em 2022 obtivemos uma receita de prestação de serviços bruta de R$ 29.915.545 milhões, resultando acréscimo de 35,8% em relação a 2021 R$ 22.027.592 milhões.

Tabelas	**Descrição**	**2022**	**2021**
I	Infraestrutura de Acesso Aquaviário	14.051.417	10.752.219
II	Instalações de Acostagem	3.648.039	2.613.294
III	Infraestrutura Operacional ou Terrestre	7.830.902	5.107.262
V	Utilização de Armazéns	2.875.693	3.119.440
VII	Diversos Padronizados	130.318	70.905
VIII	Uso Temporário e Arrendamento	1.094.460	225.000
IX	Complementares	284.716	139.472
		29.915.545	**22.027.592**

Conforme Acórdão nº 207 de 11 de março de 2021 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, esta homologou as tarifas praticadas pela Companhia. A Companhia Docas de São Sebastião passou a integrar o Orçamento Fiscal do Estado a partir de 2016, na condição de empresa dependente, com a edição da Lei nº 16.334 de 09 de dezembro de 2016, que autorizou a abertura de crédito especial. Para o exercício de 2022, a lei orçamentária do Estado, alocou recursos do Tesouro para as despesas com pessoal/encargos e Custeio da Companhia Docas de São Sebastião.

continua...

COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO - CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55

	2022	2021
Receita de Subvenção Econômica F1	10.416.149	9.874.602
Recuperação de Despesas	332.913	275.211
Reversão de PDD	-	50.694
Reversão de Contingência	-	862.000
Reversão de Dissidio	1.839.031	-
	12.588.093	**11.062.507**

20. Despesas Administrativas e Custos Operacionais: Os gastos da Companhia Docas de São Sebastião no decorrer do ano estão evidenciados conforme quadro abaixo:

	Despesas Administrativas		Custos Operacionais	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal e Encargos	7.398.492	6.880.289	15.401.291	10.319.477
Utilidades	433.843	444.498	1.601.471	1.522.595
Serviços de Terceiros	4.920.119	2.767.541	7.157.446	3.409.554
Depreciações/Amortizações	9.206.369	9.357.021	3.894.647	4.164.366
Despesas com Ocupação	99.346	343.075	24.837	85.769
Cessão de Pessoal	3.390	34.862	33.207	313.757
Taxas e Contribuições	2.420	682.551	275.110	238.182
Diversos				
Provisão para Contingências	5.092.734	2.852.338	-	-
Imposto Diferido				
	27.157.013	**23.362.175**	**28.388.009**	**20.053.700**

21. Resultado Financeiro: As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo Imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos. O Resultado Financeiro da Companhia Docas de São Sebastião é evidenciado conforme quadro abaixo:

	2022	2021
Receitas Financeiras	1.629.732	522.967
Despesas Financeiras	(283.597)	(429.767)
Resultado Financeiro	**1.346.135**	**92.930**

22. Cobertura de Seguros (não auditado): A Companhia Docas de São Sebastião possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitá-los, buscando coberturas compatíveis com seu porte e operação no mercado. Para tanto a Companhia Docas de São Sebastião possui uma apólice de seguros, qual seja: • Seguro contra incêndio, raio, explosão / implosão, danos elétricos, roubo / furto qualificado, vendaval, contratado com a seguradora SOMPO Seguros - Vigência 16/09/2022 a 16/09/2023.

23. Contingências e Prescrições: Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e as eventuais notificações para os recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável. As declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas estão sujeitas a revisão por um período de cinco exercícios. Outros impostos, contribuições e encargos de natureza fiscal e previdenciária estão, também, sujeitas à revisão por diferentes períodos prescricionais. Adicionalmente, de acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia também estão sujeitas a fiscalização de autarquias ambientais quanto a adequação da Companhia as referidas legislações.

São Sebastião/SP, 10 de março de 2023

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Companhia Docas de São Sebastião,** no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, à vista do Relatório dos Auditores Independentes Parker Randall Brasil, de 10/03/2023, com ressalva: *1) Ausência de estudo de recuperabilidade de ativos imobilizado e intangível (impairment)*, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Sebastião, 16 de março de 2023.

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da **Companhia Docas De São Sebastião**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Contábeis, o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e demais documentos referentes ao término do citado exercício. O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Sebastião, 17 de março de 2023.

Diretoria

Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio
Diretor-Presidente
Cezar Aurelio Trombelli
Diretor Administrativo Financeiro
Bruno Tadim Leite
Contador - CT 1SP-335628/O-0

Conselho Fiscal

Renilda Peres de Lima
Adriano Candido Stringhini
Marina Fontão Zago
Vitor Danilo Miranda de Castro
Raquel Mendes Souza

Conselho de Administração

Arthur Luis Pinho de Lima
Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio
Cleber de Oliveira Mata
José Geraldo Siqueira Vantine
José Vitor Mamede
Paulo Cesar Rangel

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À DD. Diretoria da **Companhia Docas de São Sebastião - CDSS.** São Sebastião - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Docas de São Sebastião - CDSS**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Docas de São Sebastião - CDSS** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: 1) Ausência de estudo de recuperabilidade de ativos imobilizado e intangível (impairment):** A Companhia não realizou estudos de recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Consequentemente, não obtivemos evidências suficientes e adequadas sobre eventuais ajustes a serem realizados nas demonstrações financeiras. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **Companhia Docas de São Sebastião - CDSS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza Relevante sobre a continuidade operacional da Companhia:** A Companhia é uma empresa do Estado de São Paulo, sendo dependente deste para consecução de seu objeto social e vem apresentando prejuízos acumulados constantes. Conforme mencionado na nota 3.1 existem estudos para alteração do modelo de concessão de uso do Porto, bem como eventual desestatização. A continuidade operacional da empresa depende da continuidade dos aportes de recursos do Governo do Estado de São Paulo, bem como na definição de modelos de concessão e desestatização da empresa que veem sua continuidade operacional no atual modelo de operação ou outro. **Ênfase: Adiantamento para futuro aumento de Capital:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a empresa possui adiantamentos para futuro aumento de Capital no montante de R$ 286.718 mil, aportes realizados entre 2009 e 2022. No entanto, até a presente data a empresa não cumpriu as determinações da deliberação CODEC 1/91 de 12 de setembro de 1991, seção V - Artigo 14, não apresentando as documentações necessárias para que o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC pudesse deliberar sobre a efetiva incorporação dos aportes realizados ao longo dos anos . Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: 1) Relatório da Administração:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **2) Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiu relatório datado de 21 de março de 2022, com modificação em sua opinião com relação a estudo de reavaliação de vida útil do ativo imobilizado. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia Docas de São Sebastião - CDSS** são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião, exceto pelo mencionado no item 1 e 2 na seção "Base para Opinião Com Ressalva". O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo mencionado no item 1 e 2 da seção "Base para Opinião com Ressalva". Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2023.

Parker Randall Brasil
Auditores Independentes - CRC 2SP024549/0-5 - CVM 1.212-2
Dennis Pavia Villalva - Responsável Técnico - CRC-SP 1SP-246.768/O-6
Antonio Cocurullo
Sócio - Responsável TécnicoCRC-SP 1SP-165.068/O-8